

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA ENTRE JOVENS INDÍGENAS NO BRASIL ENTRE 2020 E 2024: UM ESTUDO ECOLÓGICO

Railla Caroline Polidoro, Bruna Zawacki El Ammar, João Adib Portilho Buainain, Paulo Henrique Silveira de Campos, Maria Luísa Moura Reis, Eric Massao Iwama

rayllacpolidoro@gmail.com

RESUMO

Introdução: A gravidez na adolescência entre jovens indígenas no Brasil apresenta características distintas e desafiadoras. Apesar de uma tendência nacional de redução das taxas de maternidade adolescente, as adolescentes indígenas continuam a ser desproporcionalmente afetadas, com impactos relevantes em sua saúde, educação e autonomia reprodutiva. **Objetivo:** Analisar a prevalência, características e desigualdades relacionadas à gravidez na adolescência entre jovens indígenas no Brasil no período de 2020 a 2024, com foco em aspectos regionais, étnicos e de acesso a serviços de saúde. **Métodos:** Trata-se de um estudo ecológico descritivo baseado em dados secundários de registros públicos de nascidos vivos e sistemas de saúde nacionais como o DATASUS. Foram analisados indicadores agregados de maternidade na adolescência entre indígenas, com estratificação por faixa etária, região geográfica e etnia, entre os anos de 2020 a 2024. **Resultados e discussão:** Em 2020, 28,2% dos bebês indígenas nasceram de mães adolescentes (10 a 19 anos), comparado a 9,2% entre mães brancas. A reincidência é alta: 26% das adolescentes indígenas entre 15 e 19 anos já tinham pelo menos um filho anterior. O acesso ao pré-natal é insuficiente: apenas 26,6% das mães indígenas adolescentes fizeram sete ou mais consultas, contra 64,3% das brancas. Entre adolescentes indígenas de 10 a 14 anos, 10% não realizaram nenhuma consulta. A gravidez precoce está frequentemente relacionada a violência sexual e casamentos infantis; 42% dessas jovens vivem em uniões conjugais informais. As regiões Norte e Nordeste, com as maiores populações indígenas, concentram também as maiores taxas de maternidade adolescente (24% e 20%, respectivamente). Esses dados apontam para a necessidade urgente de políticas públicas culturalmente adequadas. Programas como o “De Novo, Não”, que oferece métodos contraceptivos de longa duração, têm mostrado impacto positivo na redução da reincidência. Como se trata de um estudo ecológico, os resultados representam associações em nível populacional, não sendo possíveis inferências causais individuais. Assim, reconhece-se a limitação potencial da falácia ecológica, característica comum em estudos baseados em dados agregados. **Conclusão:** A gravidez na adolescência entre jovens indígenas no Brasil é um fenômeno complexo, influenciado por fatores culturais, sociais e estruturais. Embora haja uma tendência de redução nas taxas gerais de maternidade adolescente, as indígenas continuam a ser desproporcionalmente afetadas. É imperativo que políticas públicas sejam desenvolvidas com base em evidências, respeitando as especificidades étnicas e culturais, para garantir os direitos reprodutivos e a saúde das adolescentes indígenas.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência; Populações indígenas; Desigualdades sociais;